

Pleno emprego, investimento e classes sociais: uma proposta de socialização dos investimentos a partir de Kalecki e Meidner

Marcelo Soares de Carvalho*

Resumo

A obra de Kalecki é pioneira no tratamento das questões macroeconômicas desde um ponto de vista que contempla a divisão da sociedade em classes. O protagonismo macroeconômico dos capitalistas estaria essencialmente associado ao seu poder de definição dos níveis agregados de renda, produção e emprego a partir das suas decisões de investimento. Daí a hipótese de que a manutenção do pleno emprego seria impedida por conta de condicionamentos essencialmente políticos / de classe. O enfrentamento desses obstáculos haveria de dar-se, ainda dentro do capitalismo, pela criação de instituições capazes de prover os trabalhadores com poder de decisão relevante em escala macroeconômica, via controle sobre novos investimentos. O Plano Meidner teria significado um importante avanço nessa direção, além de sugerir novas possibilidades para os dias atuais a partir da análise de sua parcial implantação concreta.

Palavras-chave: pleno emprego; investimento; classes sociais.

JEL: E24; E22; P16.

Abstract

Kalecki's work is pioneer in addressing macroeconomic issues from a point of view that includes the division of society into classes. Macroeconomic prominent role of capitalists would be essentially associated with their power of defining income, production and employment levels through their investment decisions. Hence the hypothesis that maintenance of full employment would be precluded due to class / political restrictions. Addressing these obstacles would mean, still within capitalism, creating institutions capable of providing workers with relevant decision power regarding macroeconomic level, through the control over new investments. The Meidner Plan would have meant an important step towards that goal, furthermore indicating the existence of new similar possibilities for today, based on the analysis of its partial factual implementation.

Keywords: full employment; investment; social classes.

*Departamento de Economia (DECON) da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: mscarvalho@unifesp.br. ORCID ID: 0000-0002-8335-3180.

Agradeço a um parecerista anônimo pelas construtivas sugestões recebidas; os eventuais equívocos remanescentes são, no entanto, de minha exclusiva responsabilidade.

1 Introdução

Kalecki foi um dos pioneiros no tratamento das questões relativas ao nível agregado de renda e emprego. Um dos traços mais marcantes e singulares de sua obra diz respeito aos aspectos políticos que envolvem a definição do nível de atividade econômica, para além das determinações puramente lógico-teóricas.

Seu trabalho serviu de base para importantes desenvolvimentos posteriores, inclusive no tocante à prática da gestão macroeconômica e das instituições que podem influenciá-la, de forma mais ou menos direta. É exatamente nesse sentido que se pode compreender o conjunto de propostas que se tornou conhecido como o “Plano Meidner”. Longe se apresentar como uma contribuição restrita a um local e a uma época particulares, aquelas propostas seriam ainda relevantes na atualidade, sobretudo se levada em conta a experiência concreta de sua parcial implantação. Seguindo a intuição kaleckiana de que novos formatos institucionais – capazes de oferecer maior peso político-econômico aos interesses da classe trabalhadora – seriam indispensáveis à mínima estabilidade social, o uso dos fundos de pensão / de base contributiva dos assalariados desde uma perspectiva coletiva pode ser visto como uma profícua possibilidade de acesso às decisões sobre o fluxo agregado de investimentos, fator indispensável para qualquer política duradoura de geração do pleno emprego. O controle, ainda que parcial, dos trabalhadores sobre essa instância de decisões significaria uma inovação institucional tanto ambiciosa quanto necessária, caracterizando um avanço das forças progressistas dentro do sempre delicado (mas nem sempre explicitado) jogo de poder entre as classes sociais sob o capitalismo – particularmente em face de seus interesses eventualmente opostos e da não neutralidade do pleno emprego com respeito àqueles. Trata-se, portanto, de esboçar e discutir uma estratégia factível de preservação do pleno emprego, a despeito de todo constrangimento político que se poderia esperar.

Com o propósito de discutir os conteúdos acima esboçados, o presente artigo foi estruturado em três partes, além desta breve Introdução e da Conclusão. Na primeira delas, é sucintamente exposto o núcleo teórico do entendimento de Kalecki acerca do mecanismo de determinação do nível de emprego e renda dentro do capitalismo; são também apresentados os previsíveis óbices políticos às políticas econômicas capazes de gerar e manter o pleno emprego (KALECKI, 1943). Na parte seguinte é apresentada uma construção teórica mais recente que, desde uma interpretação orientada pela leitura de Kalecki, ratifica os argumentos do autor e indica outras possibilidades de entendimento acerca dos determinantes do investimento privado; aqui se pretende demonstrar que, não obstante a possibilidade de se obter um regime de crescimento “puxado” por salários (MARGLIN; BHADURI, 1988) e mesmo diante de uma importante participação das despesas públicas na definição do volume de emprego e renda, o capitalismo ainda preserva seus elementos fundamentais de assimetria de poder entre classes sociais. Por último, é apresentada e discutida uma proposta de construção de um aparato institucional compatível com maior protagonismo dos trabalhado-

res nas esferas de decisão que afetam o nível agregado de investimentos e de emprego, sob a inspiração do trabalho de Rudolf Meidner (1978); ali é também retratada uma experiência histórica com este teor, sendo também discutidos limites e possibilidades que se desenham a partir dela.

2 As relações entre investimento, desemprego e classe no pensamento de Kalecki

Kalecki identifica, desde logo, o investimento como a variável-chave para a definição do nível de renda agregada e do emprego sob o capitalismo. Já em seus primeiros trabalhos teóricos esse tipo de gasto é mostrado macroeconomicamente como determinante do nível de renda e, por conseguinte, da poupança – nesta ordem lógica, inédita até então. Mais claramente em um artigo do início dos anos 1930 (KALECKI, 1933), o autor aponta os fluxos de gastos como determinantes do nível de renda; porém, seu referencial de base marxista o leva a entender as classes sociais como parte essencial da lógica dos gastos e da renda: os gastos dos capitalistas em investimentos e consumo seriam (numa economia fechada e sem governo) os gastos autônomos, sendo os demais gastos (aqueles dos trabalhadores) induzidos pela renda gerada – o que se tem é uma descrição do conhecido efeito do multiplicador da renda. Mas, desde logo, os movimentos macroeconômicos de recessão e recuperação são propostos como partes integrantes de um mesmo processo causal sequencial, cíclico; evidentemente, os hiatos temporais ali desempenham papel crucial.

Kalecki identifica clara e esquematicamente as classes trabalhadora e capitalista e reparte a economia em três departamentos de produção: de bens de capital (DI), de bens de consumo para os capitalistas (DII) e de bens de consumo para os trabalhadores (DIII). Supondo ser a renda nacional dividida entre salários e lucros e, adicionalmente, considerando que os trabalhadores não poupam (gastam em bens de consumo a totalidade de seus rendimentos), o autor conclui que é a decisão de gasto dos capitalistas (em DI e DII) que gera o montante agregado de lucros (KALECKI, 1954: 39). A renda efetivamente auferida pelas classes sociais dependerá das decisões de gasto dos capitalistas mediadas pelas estruturas de mercado – em sua obra, principalmente oligopolistas – e seus processos institucionais de formação de preços e de salários. O papel passivo dos salários atesta ser o mercado de trabalho um elemento subordinado ao nível agregado de demanda efetiva. Logo, mesmo havendo um caso hipotético de elevação dos salários, nada garantiria a priori o aumento de sua participação no total da renda agregada, já que as relações interdepartamentais representam fluxos cruzados de demanda efetiva. Assim sendo, são os impactos das elevações salariais sobre os preços e sobre a demanda efetiva total que definem as mudanças reais na distribuição funcional da renda. Se os gastos em consumo dos trabalhadores são tão claramente induzidos, os mesmos gastos por parte dos capitalistas também guardariam certa relação com sua renda auferida (lucros), ainda que sejam, por natureza, mais inflexíveis que aqueles dos trabalhadores; logo, torna-se claro o protagonismo do **gasto capitalista em**

investimentos¹.

Muito embora o gasto capitalista em investimentos seja a “causa das causas” no que diz respeito à flutuação no nível de atividade econômica do capitalismo, as definições teóricas quanto ao tratamento da decisão de investir e dos gastos em investimentos corresponderiam ao ponto mais intensamente reelaborado ao longo de toda a obra kaleckiana. De fato, é possível dizer que, embora Kalecki não tenha uma obra de base como referência principal para o conjunto de seu extenso trabalho, alguns elementos parecem sempre presentes na sua visão acerca dos investimentos: o papel dos lucros correntes e do investimento previamente realizado (ambos diretamente relacionados), as relações entre a variação no fluxo de investimentos e o estoque de capital, os fatores de desenvolvimento e as mudanças nas tendências de longo prazo e, finalmente, os fatores de restrição (internos e externos às unidades produtivas) relativos às decisões de investir. Muito provavelmente, a sua abordagem do investimento capitalista mais cristalizada na literatura econômica corresponde àquela equação que dá origem aos ciclos, justamente por conta dos fatores cumulativos / dinâmicos que tocam a questão (e que pode ser encontrada em: KALECKI, 1954: 99-102); porém, uma abordagem mais completa dos fatores que levam às decisões de investir seria observada em trecho anterior da mesma obra (KALECKI, 1954: 79-88).

A abordagem kaleckiana seria claramente mais afeita ao âmbito macroeconômico², muito embora aspectos micro não fossem desconsiderados; prova disso seria o entendimento da poupança agregada como fator de estímulo a novos investimentos: longe de sinalizar qualquer dependência dos investimentos em relação à poupança, tratar-se-ia de reconhecer que a poupança interna às firmas (acumulação interna de capital) é uma facilitadora de novos gastos, tanto pelo autofinanciamento quanto por permitir melhores condições de acesso ao mercado de crédito por parte da firma – o que demonstra uma abordagem que parte da unidade individual da produção, i.e., de natureza microeconômica. No entanto, a equação do ciclo iguala a poupança ao investimento, o que, evidentemente, só pode se verificar no âmbito macroeconômico; de modo semelhante, também seria estritamente macroeconômica a relação que o autor estabelece entre o nível de lucros observados (que afetam positivamente as novas decisões de investir) e os investimentos realizados.

A ponte entre os âmbitos micro e macro também é estabelecida no tocante às limitações das novas decisões de investir por conta da dualidade relativa ao investimento enquanto criador de demanda efetiva e de capacidade produtiva³: a demanda efetiva que se expressa

¹É por conta disso que Kalecki (1954: 36-7) afirma que os rendimentos dos capitalistas são determinados pelos seus gastos agregados (em investimento e em consumo) e os dos trabalhadores pela renda gerada a partir daí e pelos fatores de distribuição acima indicados. Trata-se do conhecido aforismo kaleckiano. Saliente-se o caráter (ao menos) parcialmente autônomo do consumo capitalista, bem como sua tendência a variar pouco no curto prazo; os investimentos seriam gastos autônomos, porém determinados como parte de um movimento cíclico

²Exatamente o único âmbito no qual se aplica o conhecido aforismo do autor, segundo o qual os capitalistas “ganham o que gastam”.

³Kriesler e McFarlane (1993: 220-1) afirmam que esta seria a razão fundamental pela qual Kalecki jamais se apoiou sobre a noção de “equilíbrio”: suas diferentes versões do ciclo levaram sempre em conta o papel do investimento que não é apenas produzido, mas é também produtivo; estas seriam suas características

no âmbito macro pelo gasto agregado é benéfica quanto às novas decisões de investir da firma a qual, porém, leva em conta o grau de utilização da capacidade instalada (micro e macro), a qual é aumentada pelo mesmo investimento e tende, dessa forma, a reduzir a lucratividade do mesmo (KALECKI, 1935b: 191-4; KALECKI, 1954: 80):

[...] investment has a favourable effect upon the economic situation only at the time when it is executed and provides an outlet for additional purchasing power. On the other hand, the productive character of investment contributes to the slackening of the upswing and finally brings it to an end. For it is the expansion of capital equipment that, in the light of the above analysis, causes the collapse of the boom. We face here one of the most remarkable paradoxes of the capitalist system. The expansion of capital equipment, i.e. the increase in national wealth proves to be only potential in character. For a considerable part of capital equipment is idle then, and becomes useful only in the next upswing (KALECKI, 1935b: 192-3).

Também se constitui como importante fator limitante à expansão dos investimentos no âmbito micro o seu conhecido princípio do risco crescente (KALECKI, 1954: 75-6), segundo o qual a expansão da empresa se vê restringida pela razão entre volume de crédito contraído *vis-à-vis* o seu volume de capital⁴. Isso significa que quanto maior a relação dívida-capital, maior o risco da dívida relacionado a um eventual fracasso nos negócios; logo, menor tenderia a ser a propensão de a empresa seguir adiante com os investimentos financiados pelo crédito a partir de certo valor da proporção indicada⁵.

A despeito de todos os aspectos que apontam a incontornável instabilidade dos fluxos de investimento e, portanto, do nível agregado de renda e emprego, caberia dizer que, desde um ponto de vista estritamente instrumental, porém, a obtenção do pleno emprego seria bastante trivial dentro da abordagem de Kalecki. É prova disso o próprio título de um de seus mais conhecidos artigos: “Três Caminhos para o Pleno Emprego” (KALECKI, 1944); encontra-se ali uma breve explanação acerca de possibilidades práticas de elevação do nível corrente de demanda efetiva até o ponto de uso pleno da capacidade produtiva: (i) o aumento dos gastos do governo – em obras públicas ou em subsídios ao consumo popular – financiados por déficit público; (ii) estímulos ao investimento privado – via redução de juros, de impos-

dialeticamente indissociáveis. Trata-se do chamado caráter dual do investimento.

⁴Poder-se-ia indicar aqui mais uma dualidade, desta vez relativa ao estoque de capital (no lugar daquela já observada em relação aos fluxos de investimento): ao mesmo tempo em que inibe novas decisões de investimento (pela questão da capacidade instalada, seu grau de utilização e lucratividade respectiva), permite também ir mais longe nestas decisões por conta de minorar o problema do risco crescente. Porém, é preciso reconhecer que este ponto pode já ter sido suficientemente abordado pela referência à poupança agregada, enquanto expressão da acumulação de capital interna às firmas.

⁵Adicionalmente, o próprio mercado financeiro ofereceria limitações eventuais quanto à capacidade das empresas quanto à obtenção de fundos para sua expansão via emissão de ações (KALECKI, 1954: 76-7), seja pela necessidade de manter o controle administrativo restrito a certo grupo, seja pela necessidade de gerar lucros tais que despertem e renovem o interesse dos acionistas, atuais e potenciais, pelas ações da empresa – justamente o tipo de interesse que dita o preço de mercado das ações e a capacidade da empresa de obter fundos; este seria, portanto, um caso diferenciado do mesmo princípio do risco crescente.

tos ou concessão de subsídios; (iii) redistribuição progressiva da renda, ou seja, em favor dos estratos de renda inferiores (aumentando, assim, o consumo dos trabalhadores).

Embora seja verdadeiro que os fatores que levam à instabilidade do investimento não podem ser evitados via estímulos (já que estes não mudariam as características intrínsecas ao investimento privado, ou seu caráter “dual”), o mesmo não se aplicaria às despesas governamentais geradoras de demanda efetiva; de outra parte, a própria adoção de estímulos públicos ao investimento privado poderia ser mal interpretada:

Government spending can never fail to achieve immediately the desired employment effect if it is in a sufficiently large scale, because it generates effective demand directly. The effects of stimuli to private investment depend, however, on the reaction of entrepreneurs, and it is quite possible that when they are in a very pessimistic mood they may not respond even to considerable inducements. This may happen, for instance, if they do not feel confidence in the political situation (KALECKI, 1944: 371-2).

Entretanto, ainda nesse mesmo texto, o autor sugere que outros condicionamentos de ordem **política** – i.e., relativos a interesses materiais de uma classe social – levariam, no mais das vezes, a certo tipo de escolha quanto à gestão macroeconômica, sobretudo no tocante ao uso das finanças públicas. Afinal, embora a maior tributação do capital (e redistribuição progressiva da renda) pudesse levar – sendo mantido o equilíbrio orçamentário – ao aumento dos gastos coletivos com o consumo de bens de assalariados, o peso dos interesses capitalistas levaria à opção do uso do déficit público para despesas outras, como obras públicas, sobretudo em setores que não despertam interesse da iniciativa privada. Além do óbvio interesse de preservação dos estoques de riqueza, haveria uma preocupação – mais ou menos implícita, conforme o contexto – com a preservação da “meritocracia do mercado”, pela qual o acesso aos bens de consumo haveria de dar-se somente no campo das trocas mercantis, por oposição a qualquer forma de consumo subsidiado / coletivo.

Este mesmo tipo de argumentação estaria presente em outro crucial artigo (KALECKI, 1943⁶), no qual os interesses de classe são apresentados em cores ainda mais fortes: aos capitalistas poderia ser conveniente a operação governamental de elevação do nível agregado de renda quando da ocorrência de crises, mas a eles não seria interessante a **manutenção** do pleno emprego – nem mesmo no caso de uso do instrumental por eles considerado mais palatável (despesa pública apoiada em endividamento), nem mesmo em se tratando de obras públicas compatíveis com a citada “ética mercantil”. Nos termos de Kalecki, uma hipotética gestão macroeconômica geradora de um sistemático nível de pleno emprego esbarraria na fundamental questão da preservação do poder capitalista, tanto no plano agregado quanto em nível micro, no “chão de fábrica”.

⁶Trata-se do conhecido artigo “Aspectos políticos do pleno emprego”, publicado originalmente em inglês (vide referências, ao final). A referência ao texto em seu idioma original de publicação é importante especialmente por conta do fato de que boa parte de suas traduções (ao menos para o português e para o espanhol) suprimiram seus itens inicial e final.

Em nível macro, tratar-se-ia de manter nas mãos da classe capitalista o poder de, através de seus gastos, definir o volume de renda da comunidade – poder que constituiria a base da barganha à qual estaria submetido o governo central, este supostamente interessando, em algum grau, na preservação de um ambiente compatível com sua própria legitimidade (no tocante à geração de postos de trabalho) – além, é claro, de ser ele também dependente do nível de atividade econômica para arrecadação de recursos orçamentários; depreende-se destas considerações a importância de ser mantido um nível mínimo de crescimento da renda agregada e da geração de emprego, sendo estes determinados (ou, ao menos, fortemente influenciados) pelas decisões de gasto dos capitalistas.

O conhecido aforismo kaleckiano – segundo o qual os trabalhadores gastam o que ganham, enquanto que os capitalistas ganham o que gastam – poderia levar a crer que, sendo os capitalistas, enquanto classe, responsáveis por seus próprios ganhos, seus interesses seriam logicamente compatíveis com níveis sistematicamente mais altos de demanda efetiva – e, por decorrência, de emprego. Curiosamente, Kalecki afirma não ser este o caso: os interesses eminentemente burgueses tomariam, antes de tudo, a forma do controle sobre o processo de coerção econômica que perpassa a produção capitalista; a base da pressão coercitiva que viabiliza o controle do proletariado é exatamente o **desemprego**. A classe dos despossuídos somente aceitaria se submeter às agruras do regime fabril mediante a perene ameaça de perda do posto de trabalho e, adicionalmente, da relativa dificuldade de se obter outro. Ora, em uma economia operando em pleno emprego, esta dificuldade seria percebida como de menor relevância, podendo levar a eventuais tentativas de subversão da ordem estabelecida – seja ao nível da firma, seja em nível coletivo. É justamente neste ponto que, afirma Kalecki, os interesses dos capitalistas enquanto classe de sobrepõem àqueles mais imediatos, na forma de lucros majorados. Nesse sentido, pouco importa quais os argumentos sejam levantados em prol da suspensão da política governamental compatível com o pleno emprego – sendo aquele referente à preocupação com as finanças públicas um dos mais recorrentes:

[...] there is a political background in the opposition to the full employment doctrine, even though the arguments advanced are economic. That is not to say that people who advance them do not believe in their economics, poor though this is. But obstinate ignorance is usually a manifestation of underlying political motives (KALECKI, 1943: 02-3).

Como se pode notar, mesmo o caminho para o pleno emprego que encontraria, em princípio, menor resistência política por parte dos proprietários da riqueza dificilmente lograria ser permanente. Daí que as tentativas de se levar a cabo políticas com esta finalidade e de duração indefinida sejam abortadas ou simplesmente evitadas – exceto, é claro, naquelas situações em que a coerção econômica seja substituída por aquela física, como no caso das experiências de governos autoritários.

3 Uma leitura kaleckiana de construções teóricas mais recentes

Ainda que se possa afirmar, a partir desta última consideração, que a visão de Kalecki esteja fortemente influenciada por experiências nacionais relacionadas ao ambiente político e econômico da última Grande Guerra (com destaque para a Alemanha nazista), é sabido que esses primeiros insights serviram de base a várias explorações teóricas desde então⁷. Dentro do campo heterodoxo, chama atenção, sobretudo, a tentativa de apreender o sentido da experiência dos países desenvolvidos no pós-guerra: afinal, tratou-se de um período relativamente longo (entre o fim da II Guerra Mundial e meados da década de 1970) de elevado nível de atividade econômica e de emprego, sem que soluções politicamente autoritárias fossem predominantes – em franco desacordo, portanto, com as anotações kaleckianas.

Marglin e Bhaduri afirmam basear parcialmente seu conhecido trabalho na obra de Kalecki, ainda que este não tenha jamais formalizado o tratamento de regimes de crescimento no capitalismo, ao menos nos termos propostos pelos dois autores (MARGLIN; BHADURI, 1988: 10). Trata-se de uma tentativa de apreender as causas da viabilidade de um período de coexistência de baixo desemprego, ganhos na participação dos salários na renda agregada e altos níveis de investimento – bem como as razões do esgotamento desse período.

Although higher wages may diminish the profit per unit of output, business will make up the difference by an increased volume of production and sales. If investment demand increases with the rate of capacity utilization, there will be even greater aggregate demand, and both aggregate profits and the profit rate will be higher even as the profit share is lower. In this view there is no trade-off between growth and distribution. High wage policies promote income equality, output, and growth. [...] This argument was a cornerstone of the "cooperative capitalism" incorporated to a greater or lesser extent in the post World War II regimes of all the industrialized countries, and articulated in left and center-left politics and economics until the demise of the golden age (MARGLIN; BHADURI, 1988: 02-3).

Dessa forma, os capitalistas aceitariam redução das margens de lucros (relação entre lucro e preço – equivalente, no agregado, à participação dos lucros na renda) para obter os ganhos advindos da maior utilização da capacidade instalada, redundando em taxas de lucro (relação entre lucros e capital) elevadas. Esta combinação de ganhos salariais reais, aumento da demanda agregada via aumento do consumo de massa e taxas de lucro majoradas (conhecida como “regime de crescimento guiado por salários” – *wage-led growth*) não seria, entretanto, indefinidamente viável. A percepção dos capitalistas quanto à rentabilidade esperada dos novos investimentos poderá, a partir de certo ponto, deixar de vislumbrar a distribuição de renda como base para ganhos advindos da utilização do estoque de capital; a recomposição das margens (e a reconcentração de renda, em nível agregado) se faria,

⁷Embora a discussão fuja ao escopo desse artigo, é também sabido que o status teórico do desemprego enquanto disciplinador da mão-de-obra encontrou guarida em diferentes matrizes teóricas, desde a ortodoxia novo-keynesiana de Stiglitz e Shapiro (1984) ao marxismo de Bowles (1985). De acordo com Green (1988) chama atenção o fato de que paradigmas tão diferentes possam ter chegado a conclusões tão semelhantes – sem que, no entanto, lado ortodoxo indique qualquer referência a Kalecki.

então, necessária à retomada da acumulação de capital / à nova expansão dos fluxos de investimento. Os autores sugerem, à guisa de conclusão de seu trabalho, que os capitalistas aceitariam de bom grado sacrificar margens em nome do crescimento apenas no contexto de crises ou recessões severas, mas voltariam a favorecer o *profit-led growth* (regime de crescimento “puxado” pelos lucros) quando a ameaça não está mais presente.

Uma leitura essencialmente kaleckiana do construto de Marglin-Bhaduri levaria a entender que se trata de uma reafirmação de um dos argumentos de base do autor polonês (KALECKI, 1943), ali abordado pelo prisma da distribuição funcional da renda: a redução dos volumes de investimento como resultado do esgotamento de um regime de crescimento (wage-led) seria análoga, na prática, à referência de Kalecki quanto ao uso das despesas capitalistas – enquanto definidoras do nível de renda agregada – como elemento de barganha dos proprietários dos meios de produção. Neste caso, porém, o desemprego operaria mais no sentido de viabilizar uma retomada do crescimento em bases concentradoras (profit-led) que naquele de disciplinamento da mão-de-obra – embora esses resultados sejam concomitantes e diretamente relacionados. Afinal, é bastante razoável supor que, quando de uma baixa da demanda efetiva e aumento do desemprego, as negociações salariais tendam a desfavorecer os trabalhadores, resultado em menores salários (e maiores margens de lucros) – ao passo que os governos, em face de menor nível de arrecadação, frequentemente serão chamados a reduzir despesas, sobretudo aquelas que ferem a acima citada “ética dos mercados”. Note-se ainda que, neste caso, a barganha em pauta não mais envolve apenas o governo, já que estão em jogo interesses de divisão da renda agregada, da qual o orçamento público é apenas parte⁸.

Assim sendo, a abordagem de Kalecki quanto à relação entre classes sociais, investimento e desemprego leva a entender que, ainda que os investimentos não fossem irremediavelmente portadores dos fatores intrínsecos que os fazem permanentemente instáveis, a sustentação da demanda efetiva em níveis compatíveis com o pleno emprego – via investimentos públicos, déficits orçamentários ou qualquer outra política de manutenção sistemática do pleno emprego – esbarraria em limites de natureza política ligados aos interesses dos capitalistas. Ou, por outra, as flutuações do nível de investimento seriam estabilizadas pela ação do governo apenas pontualmente, no que tange aos seus movimentos de baixa / crise.

Kalecki se mostrara sempre crítico em relação a este modelo de ação do Estado, uma vez que deliberadamente incapaz de sustentar o pleno emprego e, além disso, inadequada para gerar um aumento expressivo na qualidade de vida dos trabalhadores (ao vetar os subsídios

⁸Tal como no caso da nota anterior – e com o objetivo de preservar o escopo deste texto –, cabe aqui assinalar brevemente que o referido regime de crescimento da Golden Age nos países desenvolvidos teria envolvido, além do aumento da participação dos **salários diretos** na renda agregada, múltiplas formas de **salários indiretos** na forma de serviços / benefícios de proteção social, para os quais concorreriam os orçamentos públicos, tanto do ponto de vista da tributação (progressiva), quanto do ponto de vista de uso dos recursos arrecadados. Portanto, também a forma da ação governamental seria decisiva para promover melhoras na distribuição funcional da renda e na apropriação dos ganhos de produtividade pelos trabalhadores. Por outro lado, este arranjo institucional seria bem menos factível na ausência do pleno emprego e do nível de arrecadação tributária a ele correspondente.

ao consumo das massas trabalhadoras); a efetiva manutenção do pleno emprego envolveria o aumento do controle não privado sobre o nível agregado de demanda efetiva, pautado pela preservação / aumento da participação dos trabalhadores nos frutos da produção – porém, este seria um outro *modus operandi* de atuação estatal, dentro de uma configuração político-institucional também distinta:

‘Full employment capitalism’ will, of course, have to develop new social and political institutions which will reflect the increased power of the working class. If capitalism can adjust itself to full employment, a fundamental reform will have been incorporated in it. If not, it will show itself an outmoded system which must be scrapped (KALECKI, 1943: 331).

Esta reforma fundamental do sistema capitalista (e da formatação do Estado que lhe é peculiar) deveria passar pelo aumento do poder de definição de políticas governamentais por parte das classes subalternas, sob pena de se verificar que o sistema é, em si, incompatível com o que convém à maior parcela da sociedade. Quanto mais bem-sucedida se revelar uma reforma desta natureza, menores seriam as possibilidades de que o capitalismo fosse, em algum momento, definitivamente “descartado” pela via revolucionária; o conjunto de garantias sociais que se estabeleceram desde o último pós-guerra nos países desenvolvidos, somado ao compromisso dos Estados com o crescimento econômico (e baixo nível de desemprego), teria operado justamente no sentido de reduzir as atitudes “anticapitalistas” por parte dos trabalhadores (KALECKI; KOWALIK, 1971: 467 e 472-3). No entanto, a busca objetiva do pleno emprego continuado nunca teria deixado de se submeter aos interesses capitalistas em última instância, servindo antes aos propósitos de viabilizar lucros e conter, dentro de limites estreitos, a margem de manobra política dos trabalhadores enquanto classe:

Government intervention through budget manipulation (government purchases and tax policy) can be diverse, with its pattern over time determined by the desire at least temporarily to weaken the position of the working class by some inconsiderable unemployment, and the directions of this intervention being determined mainly by the fight between various groups of capitalists. As a rule, however, government actions are supplementary, filling in gaps of insufficient demand or organizing additional areas for the realization of accumulated profits (KALECKI; KOWALIK, 1971: 473).

Assim sendo, a ação dos governos centrais ainda estaria pautada e submetida à realização dos lucros, vale dizer, à tarefa de viabilizar a rentabilidade dos investimentos, que continuariam a ser manobrados pelos capitalistas de modo a conduzir as taxas de desemprego aos níveis considerados, a cada momento, os mais convenientes a seus interesses.

4 Um plano com (possível) substrato kaleckiano

Dados os elementos que problematizam a estabilidade da expansão das inversões produtivas, os já citados Marglin e Bhaduri sugerem uma alternativa à estrita dependência da lógica privada de acumulação de capital para a garantia do pleno emprego:

The alternative is a much more radical break with the past, a new institutional structure that would decouple accumulation from profitability altogether, as was presumably the ultimate intention of the Meidner Plan [...] of a decade ago (MARGLIN; BHADURI, 1988: 35).

O referido Plano Meidner⁹ tenha sido concebido como complemento de um modo de gestão macroeconômica na Suécia, dentro do qual a meta de pleno emprego seria uma característica permanente:

Full employment is only one pillar of the Swedish Model, the second one being equality.[...] The two wings of the Swedish labour movement aimed to achieve equality by means of different but complementary methods. The party-in-government was seen as responsible for developing a universal welfare system, based on generous transfer payments and a comprehensive public sector which offered almost free, i.e. tax-financed social services. An equalizing wage policy, aiming at a solidaristic wage structure, was the unions' main objective (MEIDNER, 1993: 215).

A política salarial sugerida pelo trecho acima reproduzido estaria ligada tanto à negociação direta entre sindicatos patronais e de trabalhadores (instituída na Suécia ainda na década de 1930) quanto ao comportamento das centrais sindicais dos operários, o qual levava não apenas à moderação na barganha salarial, mas também à redução das desigualdades entre os diferentes segmentos profissionais do mercado de trabalho; em suma, tratar-se-ia de buscar sistematicamente maiores reajustes salariais apenas para os trabalhadores daquelas categorias de remuneração mais baixa. Esse peculiar nivelamento, porém, teria tido como efeito colateral a imposição de um nível de remuneração mínimo que eventualmente pressionava as estruturas de custos das empresas menores ou de menor lucratividade – e, por outro lado, ao fazê-lo favorecia as grandes corporações oligopolistas, justamente aquelas que mais empregavam trabalhadores em categorias de maior qualificação e, em tese, maior remuneração. As empresas em situação menos favorável seriam forçadas a buscar expressivos aumentos de produtividade ou a se retirar do mercado, alternativas que operariam no mesmo sentido: o da redução dos postos de trabalho disponíveis. Este seria um dos pontos do “modelo sueco” que serviu de origem à proposta local de **socialização dos investimentos** (MEIDNER, 1978: 29-40).

O termo “socialização dos investimentos” foi empregado para descrever um processo de estabilização do fluxo agregado de investimentos (não apenas aqueles privados) primeiramente por Keynes (1936). O formato da proposta apresentada por este autor envolveria a interação coordenada entre iniciativa privada e diferentes órgãos públicos e semipúblicos, de tal modo que os investimentos não privados fossem complementares àqueles efetuados pelos capitalistas, sempre tendo como foco a manutenção do pleno emprego. Keynes, entretanto, teria a explícita preocupação de evitar que sua proposta fosse confundida com qualquer orientação de cunho socialista:

⁹Referência a Rudolf Meidner (1914-2005), economista alemão radicado na Suécia e um dos artífices do modelo de gestão macroeconômica (e de proteção social) vigente naquele país durante (e mesmo após) a Golden Age.

I conceive [...] that a somewhat comprehensive socialisation of investment will prove the only means of securing an approximation to full employment; though this need not exclude all manner of compromises and of devices by which public authority will co-operate with private initiative. But beyond this no obvious case is made out for a system of State Socialism which would embrace most of the economic life of the community. It is not the ownership of the instruments of production which it is important for the State to assume (KEYNES, 1936: 378).

Diferentemente de Kalecki, não se encontram nas considerações do autor britânico quaisquer outros constrangimentos de ordem política à sua proposta. O Plano Meidner, por outro lado, estaria politicamente resguardado pela constatação prática de que o *modus operandi* das negociações salariais suecas efetivamente favorecia as grandes corporações em operação no seu país. Apesar de se apresentar como reparo a um subproduto de uma política de rendas, o Plano acabou por revelar-se extremamente ambicioso quanto ao seu escopo – avançando em uma direção certamente distinta daquela preconizada por Keynes.

A proposta de Meidner, em sua formulação original, obrigaria as empresas com mais de 50 empregados a emitir anualmente novas ações equivalentes a 20% dos seus lucros, as quais seriam repassadas compulsoriamente aos fundos de pensão (regionalmente divididos) dos trabalhadores – sem comprometer, portanto, recursos financeiros das companhias; os dividendos gerados deveriam ser encaminhados à provisão para futuras despesas sociais, ao passo que a crescente participação dos fundos no capital social permitiria deliberar sobre os investimentos produtivos das empresas – e, é claro, sobre a geração de empregos àquelas ligada (MEIDNER, 1978: 47-68). Esta proposta original, entretanto, não chegou a ser plenamente implantada – ainda que os fundos de pensão tenham sido, em certa medida, efetivamente usados para buscar a socialização dos investimentos (WHYMAN, 2006). Uma mudança de gabinete de governo ao final da década de 1970 – em favor de uma orientação liberal – e um ambiente marcado por crescentes tensões políticas levaram à posterior modificação dos termos do Plano Meidner, substituindo a emissão compulsória de ações pela sua compra em bolsa de valores (a partir de fundos gerados por impostos) e restringindo cronologicamente a sobrevida dos fluxos de recursos fiscais voltados ao plano.

Cabe aqui chamar atenção para o fato de que, dado o fato de envolver a apropriação de parcelas do capital social das grandes empresas por parte dos fundos de pensão dos trabalhadores, a proposta de Meidner poderia, talvez, ser mais bem descrita como de “socialização **do capital**”, sendo a “socialização **dos investimentos**” (i.e., a manutenção do pleno emprego a partir de uma socialização das decisões de investir, no agregado – tal como sugerido por Keynes) uma decorrência da gestão (e propriedade) crescentemente socializada do capital. A formação compulsória de fundos, a partir dos lucros “excedentes” das empresas oligopolistas, permitiria aos fundos de pensão dos trabalhadores participarem da gestão daquelas de modo a viabilizar maior criação de empregos, além de lhes garantir alguma fruição dos lucros obtidos pela própria configuração institucional que integravam:

The union proposal to transfer parts of this kind of 'forfeited' wage increases into collective wage earner funds was an attempt to solve the di-

lemma [...]. **The remedy proposed [...] in the wage-earner funds was to skim the excess profits and transfer them from the capital owners into the collective ownership of the employees. The capitalists understandably disliked this idea.** Nevertheless, it was a logical part of the Swedish model. [...] The formation of a large public sector as the guarantor of the universal welfare implies that a substantial part of the economy is withdrawn from market rules and that social needs are separated from people's purchasing power. The wage policy of solidarity separates wages from profitability and cushions the market. **The union proposal for wage-earner funds has rightly been considered as a union attempt to share the fruits of capital accumulation with the capital owners** (MEIDNER, 1993: 217-8. Grifos adicionados).

A ideia de reduzir os “lucros excessivos” e garantir a fruição de parte dos frutos da acumulação de capital aos trabalhadores estava ligada à própria natureza do Estado na Suécia e da sua relação com o mercado, limitando a extensão deste último como forma de realizar uma proteção social ampla; de fato, na própria gênese do “modelo sueco” a participação sindical fez-se notar de modo marcante. Esse aspecto reforça a concepção de que a construção de instituições, em escala macro, com o protagonismo dos trabalhadores implica transformações de larga envergadura – envolvendo, de modo central, a capacidade de deliberar sobre fundos públicos e, como sugere a proposta de Meidner, sobre fundos de base contributiva dos assalariados. Tratar-se-ia, portanto de retirar dos domínios do mercado – ainda que apenas parcialmente – o controle sobre decisões que impactam na geração de empregos, ao mesmo tempo em que se socializa parte do estoque de capital.

Por conta – ao que tudo indica – dos interesses de classe envolvidos, a proposta só pôde ser implantada quando desprovida de alguns de seus componentes essenciais, além de ter-lhe sido imposto um tempo limitado de duração:

When the social democratic government finally in 1984 introduced wage earner funds it was the first time that a Western country had realized the idea of employee-owned funds. But the scheme had been changed beyond recognition from the original [...] proposal. Five small regional funds were established, mainly financed by an excess profit tax. The fund capital was used for purchasing shares in the stock market. The scheme was intended to be annulled after only seven years and the total assets of the funds amounted at the end of the period (1991) to less than five per cent of the total value of the Swedish stock market. None of the original tasks has been achieved and the whole scheme must now be considered a rather symbolic gesture (MEIDNER, 1993: 225).

Dessa forma, a experiência concretamente verificada na Suécia não atingiu aquele patamar contemplado no plano original de Meidner (1978), uma vez que se buscava prover os trabalhadores de maiores possibilidades efetivas – e coletivas – de participação junto aos responsáveis pelos investimentos privados. Conforme assinalado, porém, a proposta da socialização dos investimentos via fundos de pensão apareceu na Suécia num contexto de crescentes tensões quanto à política de rendas vigente (final da década de 1970); porém,

logrou entrar na agenda política do país por conta de um contexto de sólida presença institucional (e poder político) dos sindicatos. Neste sentido, a proposta dos WEFs (*wage-earner funds* – fundos de pensão / de base contributiva dos assalariados) e seus objetivos parecem se adequar à sugestão de Kalecki quanto às mudanças institucionais necessárias para que o capitalismo pudesse suportar o pleno emprego continuado:

[...] WEFs still represent a ‘Kaleckian’ ‘institutional accommodation to full employment’ by ensuring that employees share in accumulation, thereby securing high profitability and investment through enhanced corporate liquidity and provision of additional risk capital (WHYMAN, 2006: 53).

Apesar desse aspecto relevante, como visto, a estratégia efetivamente implantada na Suécia no início da década de 1980 distanciou-se dos propósitos originais (mais audaciosos) de transferência gradual de controle direto sobre investimentos produtivos aos trabalhadores; os cinco principais fundos de pensão regionais do país, fortalecidos por contribuições obrigatórias (porém temporalmente limitadas) sobre lucros e sobre folha de salários, deveriam, numa linha de ação mais próxima da proposta original, direcionar seu poder aquisitivo essencialmente para aquisição ações de companhias industriais suecas, adquirindo considerável capacidade deliberativa sobre a gestão destas empresas – para daí procurar “guiar” os investimentos produtivos. A aquisição de ações das empresas em bolsa (no lugar da emissão compulsória de novas ações) sem a perspectiva de coletivizar as decisões das mesmas quanto à criação de postos de trabalho dentro do país revelou-se um importante desvio em relação ao formato institucional proposto por Meidner. O potencial do desenho institucional inicialmente proposto teria sido, portanto, diluído e limitado.

Não obstante a referida (e grande) mudança com respeito à proposta original, os resultados concretamente obtidos nos poucos anos de vigência daquele *modus operandi* de gestão macro mostrariam um desempenho visivelmente positivo no tocante à manutenção de baixas taxas de desemprego e inflação, como também importante recuperação do volume agregado de investimentos; observou-se expressiva redução salarial em termos reais – tal como então pretendido pelo governo central, para apoiar os ganhos de competitividade externa advindos da desvalorização cambial praticada – e aumento da fatia dos lucros na renda nacional. Porém, esse resultado não teria sido disruptivo justamente por conta da participação indireta dos trabalhadores (via fundos) na lucratividade aumentada e da manutenção de elevado volume de emprego.

Um relevante ponto débil desta estratégia teria sido, entretanto, a sua incapacidade de canalizar os lucros obtidos para novos investimentos produtivos dentro do país: houve grande saída de recursos para investimento direto em outros países e, por outro lado, expressivas aquisições de ativos não-reprodutíveis, facilitada por certa desregulamentação financeira; o resultado foi um menor crescimento da produtividade e, ao mesmo tempo, o surgimento de uma “bolha” de preços de ativos, cuja ruptura provocou uma crise de crédito entre 1993-4.

Ainda assim, o uso dos fundos de pensão teria logrado atingir grosso modo os resultados dele esperados em termos da meta de pleno emprego através dos investimentos. Se seu resul-

tado não foi mais expressivo, isto seria devido a falhas no desenho institucional dos WEFs; essas falhas diriam respeito a: (i) volume de recursos seriamente limitado pelo período legalmente definido para a constituição dos fundos, a partir de arrecadações sobre lucros e folha; (ii) fragmentação dos recursos pela divisão daqueles entre os diferentes fundos salariais regionais do país; (iii) falta de uma política unificada de aplicação dos recursos, de modo a maximizar o poder de representação dos WEFs no capital votante das companhias das quais adquiriram participações; (iv) falta de foco de aplicação dos recursos naquelas empresas (especialmente as mais novas) em que a capacidade de cogestão efetiva seria maior; (v) eventual preponderância do objetivo financeiro de maximização do retorno das aplicações (foco “individualista” dos fundos de pensão) frente ao objetivo de adquirir posições mais sólidas de participação democrática / coletiva na gestão dos investimentos produtivos das empresas (WHYMAN, 2006: 58-60). Da superação destas falhas na experiência sueca de socialização dos investimentos surgem as indicações de política mais relevantes, especialmente quanto à dimensão destes fundos (frente à participação acionária que lhes permitiria ações mais efetivas), sua forma de institucionalização (algum grau de centralização maior seria, aparentemente, desejável) e definição de objetivos (com clara priorização entre as metas de rentabilidade versus metas de avanço na capacidade de participação na gestão das empresas).

A respeito das vias que permitiriam, na atualidade, iniciativas de maior controle dos trabalhadores sobre o processo de decisão de investimento, Ramsay (2004) ainda apostaria no potencial da participação dos fundos de pensão dos trabalhadores. O uso de recursos advindos do trabalho para apoiar o processo de acumulação de capital poderia parecer uma transferência de renda regressiva em termos funcionais (do trabalho ao capital); no entanto, este não seria o caso se se levar em conta que a manutenção do pleno emprego tende a levar a uma correlação de forças que opera em favor do aumento dos salários reais, talvez até mesmo para além dos aumentos da produtividade do trabalho – além de evitar as perdas de renda motivadas pelo eventual desemprego ao longo do período laboral ativo do trabalhador:

If the result is that workers receive dividends below the market rate of return, the forgone earnings of workers would therefore be a subsidy paid by labour to capital. However, two crucial issues are overlooked in this reasoning. First, full employment is the primary and most important return on employee investment outlay, irrespective of whether or not capital also benefits from the process. Second, we also need to take into account the higher contributions that are made over the course of an individual's working life in a full employment scenario. An individual worker's pool of superannuation earnings is likely to be higher in a fully employed P-K [post-keynesian] economy vis a vis a N-L [neo-liberal] economy, due to that individual having higher total disposable income over the course of their employment life and not suffering monetary loss through unemployment. [...] **As Kalecki argued, the greatest material benefit to labour, and one that facilitates an equalisation of wealth, is full employment.** With insufficient private investment to meet necessary demand in a neo-liberal economy, labour must accept that the part-appropriation of its present income is in its interests (RAMSAY, 2004: 122. Grifos adicio-

nados).

Trata-se, portanto, de nova confirmação do argumento central de Kalecki quanto ao pleno emprego. E, para reafirmar outra parte da argumentação original do autor polonês, indica-se que para que o esquema acima sugerido pudesse efetivamente entrar em operação, seria necessário um amplo leque de mudanças institucionais e algum grau de centralização / planificação:

Central to the socialization process is a statutory authority that would oversee trade, investment and disinvestment. Its purpose would be to control and monitor disinvestment so that proactive planned investment would fill the void. Moreover, the statutory authority would administer import substitution schemes with the purpose of enhancing the production of value-added goods, thus eliminating the need to raise interest rates to offset current account deficits. **For the authority to operate as intended, the explicit repolitisation of the central bank would be required. More importantly, a National Development Fund (NDF) financed through the part-appropriation of present income would be the basis for a fully-fledged socialised bank** (RAMSAY, 2004: 124. Grifos adicionados).

Outra inovação institucional indicada pelo autor acima citado diria respeito à regulação das opções de aplicação à disposição dos fundos de pensão do país, especialmente em se tratando da possibilidade de operações internacionais; a contenção deste tipo de expediente limitaria o retorno potencial das aplicações desses fundos, tornando certos investimentos locais (sob gestão do órgão planejador / coordenador dos investimentos agregados) relativamente mais atraentes para os gestores desses fundos. Ou, por outra, se certo volume de recursos provenientes destes fundos fosse colocado à disposição do governo central exclusivamente para a consecução de investimentos (no lugar da participação direta nos empreendimentos), os respectivos títulos de longo prazo a serem emitidos teriam, provavelmente, juros mais baixos – além de não “sobrecarregar” a capacidade dos mercados locais quanto à absorção desses títulos públicos (dado o menor leque de opções para alocação do poder de compra contido nos fundos). Além disso, estímulos fiscais (isenções parciais) poderiam ser concedidos para aplicações de recursos desses fundos diretamente em projetos (do plano de investimentos) do governo federal, favorecendo, uma vez mais, esta via de acesso a recursos não orçamentários.

Uma proposta ainda mais arrojada diria respeito à constituição de um grande fundo público de gestão social, inclusive a partir da adesão voluntária de membros de fundos de pensão privados / exclusivos – benefícios fiscais poderiam ser oferecidos (em termos de rendimentos de longo prazo) para que trabalhadores pudessem migrar suas contribuições (inclusive o estoque formado pelas contribuições passadas) para este novo fundo; a gestão diretamente pública facilitaria o seu uso para a conveniente aplicação em investimentos produtivos, socializados neste formato. É claro que tal projeto haverá de enfrentar certa oposição de interesses estabelecidos:

Obviously these proposed changes would raise political questions, as private superannuation companies' access to pooled savings would be reduced. Political protest from the financial sector is likely. [...] It is simply a political choice (RAMSAY, 2004: 128).

Mesmo em um mundo onde as finanças e os investimentos produtivos foram mundializados, a capacidade de mobilização de recursos pela via dos fundos de pensão (desde que institucionalmente operados / guiados pela ação do Estado) permaneceria como recurso de política de corte nacional:

What is not internationalised is the compulsory saving component of surplus value that remains under the jurisdiction of the nation-state where the labour was performed. [...] Of course, it is a political choice made by the nation-state about how much of its domestic pool is internationalised and how much of it remains within its borders. The point is, even with extensive deregulatory capital processes, no impediment exists to the pooling, controlling, and exploitation of labour's combined resources for productive investment purposes by the nation-state. Stated candidly, the part-appropriation of present income is the escape clause that progressive governments who wish to de-shackle their citizens from neo-liberal governance have been looking for (RAMSAY, 2004: 129).

Assim, a ação coletiva dos trabalhadores deveria estar crucialmente voltada para a edificação e cristalização de instituições (KALECKI, 1943; KALECKI; KOWALIK, 1971) capazes de, no melhor interesse proletário, zelar pelo objetivo de se atingir e manter o pleno emprego; seria, por outro lado, coerente com este objetivo mobilizar os fundos formados a partir de base salarial para assegurar a viabilidade do processo – daí a ideia de se buscar a socialização dos investimentos a partir da mobilização (compulsória / voluntária) dos fundos de pensão dos trabalhadores.

A discussão acerca da viabilidade política da adoção de uma gestão macroeconômica e de um aparato institucional compatíveis com a manutenção do pleno emprego ganha particular interesse em função da realidade recente da maioria dos países subdesenvolvidos. O aumento das tensões políticas, agravadas pelas restrições macroeconômicas impostas por certas políticas orçamentárias, certamente faz recordar o ambiente ao qual se referia Kalecki, na década de 1940:

[...] perhaps the fight for full employment may lead to fascism? Perhaps capitalism will adjust itself to full employment in *this* way? This seems extremely unlikely. Fascism sprang up in Germany against a background of tremendous unemployment and maintained itself in power through securing full employment while capitalist democracy failed to do so. The fight of the progressive forces for full employment is at the same time a way of *preventing* the recurrence of fascism (KALECKI, 1943: 331. Itálicos no original).

Tal como Kalecki, Meidner propõe que desafiar os limites de obtenção e manutenção continuada do pleno emprego significaria desafiar os limites do próprio capitalismo enquanto sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção:

Experience has taught us that the free market forces guarantee neither full employment nor equality. To give the highest priority to these goals means challenging the principles of the capitalist system which is based on the profitability of privately owned capital (MEIDNER, 1993: 218).

Dessa forma, mesmo à luz da crise das economias nacionais onde se encontrava concretamente o sistema socialista, Meidner parecia ainda entender que desafiar os limites do capitalismo seria, por paradoxal parecesse, a única forma de criar condições para tornar esse mesmo sistema minimamente palatável em escala social. Para isso, importantes mudanças institucionais seriam demandas; mas seria impossível dissociá-las de opções políticas – estas nunca neutras, do ponto de vista das classes sociais. Em linha com o autor polonês, seria, portanto, impossível dissociar aspectos concretos da política econômica daqueles concernentes à Economia Política.

5 Conclusão

Um dos responsáveis pelo próprio entendimento acerca do que seja efetivamente o âmbito macroeconômico, Kalecki logrou demonstrar, com brilhantismo e simplicidade, o mecanismo de determinação do nível de emprego e renda no capitalismo. Além disso, explorou os determinantes essenciais dos gastos que, a cada período temporal, fazem flutuar aquele nível. Finalmente, o autor indicou o potencial papel de estabilizador do ciclo econômico consubstanciado no gasto público; porém, ao analisar as questões políticas que envolvem o controle estatal sobre o nível agregado de dispêndio, chamou atenção para a funcionalidade do desemprego como fator de disciplinamento da mão de obra – e, portanto, de controle de uma classe social sobre outra. Assim sendo, trouxe para o centro da discussão sobre política econômica o jogo de poder entre os diferentes segmentos da sociedade capitalista.

A experiência histórica do último pós-guerra (e da Guerra Fria) mostrou que, a despeito da possibilidade de relativa harmonização desta diversidade (ou oposição) de interesses de classe, a natureza do investimento privado e as restrições ao escopo de ação do orçamento público permanecem, porém, essencialmente as mesmas desde as observações seminais do autor polonês.

Em um contexto onde desemprego e desigualdade permanecem elevados e as soluções tradicionais se mostram insuficientes – ou mesmo inviáveis – mudanças institucionais em favor de maior protagonismo dos trabalhadores no campo das decisões relevantes para seu próprio futuro parecem fazer muito sentido. Os obstáculos essenciais, de natureza política, são tão formidáveis quanto previsíveis. Fatos históricos sugerem, no entanto, que o vácuo representado pela inação pode apresentar custos humanos insuportáveis: como propôs Kalecki, as soluções totalitárias podem se apresentar em situações de elevado desemprego,

mantendo-se depois graças ao crescimento e aos empregos gerados. Cabe às forças politicamente progressistas – aos trabalhadores e seus aliados – evitar a lamentável reedição de algumas das páginas mais tristes da História. Lamentavelmente, o texto escrito pelo autor polonês na década de 1940 permanece relevante e atual.

Referências bibliográficas

KALECKI, M. A macrodynamic theory of business cycles. *Econometrica, Journal of the Econometric Society*, JSTOR, p. 327–344, 1935.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. *Political quarterly*, v. 14, n. 4, p. 322–331, 1943.

KALECKI, M. Three ways to full employment. *The economics of full employment*, Blackwell Oxford, v. 6, p. 39, 1944.

KALECKI, M. *Theory of economic dynamics: An Essay on Cyclical and Long-Run Changes in Capitalist Economy*. [S.l.]: George Allen and Unwin, 1954.

KALECKI, M. *Collected works of Michal Kalecki: Volume I. Outline of a Theory of the Business Cycle*. [S.l.]: Oxford University Press on Demand, 1990. v. 1.

KALECKI, M. *Collected works of Michal Kalecki: Volume I. The Essence of Business Upswing*. [S.l.]: Oxford University Press on Demand, 1990. v. 1.

KALECKI, M.; KOWALIK, T. Osservazioni sulla ‘riforma cruciale,’. *Politica ed Economia*, v. 2, n. 3, p. 190–196, 1971.

KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest, and money*. [S.l.]: Springer, 2018.

KRIESLER, P.; MCFARLANE, B. *Michal Kalecki on capitalism*. [S.l.]: JSTOR, 1993.

MARGLIN, S. A.; BHADURI, A. Profit squeeze and keynesian theory. In: *Nicholas Kaldor and Mainstream Economics*. [S.l.]: Springer, 1991. p. 123–163.

MEIDNER, R. Why did the swedish model fail? *Socialist Register*, v. 29, 1993.

MEIDNER, R.; HEDBORG, A.; FOND, G. *Employee investment funds: An approach to collective capital formation*. [S.l.]: Routledge, 2017. v. 5.

RAMSAY, T. The socialisation of investment in a contemporary setting:[paper in: Special issue on superannuation. coates, nick; vidler, sacha; and stilwell, frank (eds.)]. *Journal of Australian Political Economy, The*, n. 53, p. 116–131, 2004.

172 *Pleno emprego, investimento e classes sociais: uma proposta de socialização dos investimentos a partir de Kalecki e Meidner*

WHYMAN, P. Post-keynesianism, socialisation of investment and swedish wage-earner funds. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press, v. 30, n. 1, p. 49–68, 2006.

Recebido em 29 de janeiro de 2018.

Aceito para publicação em 09 de julho de 2020.